Ensaio sobre a “escuta com olhar” do estrangeiro frente à branquitude

KWAME YONATAN POLI DOS SANTOS*

Em uma das suas últimas entrevistas¹, questionaram a psicanalista Neusa Santos Souza sobre quais seriam os principais problemas emocionais e angústias da população negra. Ela responde que seria difícil responder nos mesmos termos que usou no livro *Tornar-se negro* (1983), pois, talvez, naquela época, ela pensasse que do ponto de vista da psicanálise pudesse fazer uma análise do social, ou seja, a partir da perspectiva psicanalítica falar em termos genéricos.

A psicanalista continua e afirma que na psicanálise só é possível falar do sofrimento das pessoas negras de “um por um”, na absoluta singularidade, como cada pessoa negra vai elaborar suas próprias questões.

Nesta entrevista, em vários momentos, Neusa Santos Souza faz uma defesa de que a principal contribuição radical da psicanálise se dá no plano singular. Em outros termos, na clínica psicanalítica, é preciso partir da singularidade, encontrar as diferenças que cada sujeitos comporta.

Dessa forma, parece importante perguntar: o que a clínica psicanalítica pode realizar, de modo singular, diante dos efeitos subjetivos do racismo?

Para refletir sobre tal questão, é importante definir o que compreendemos por racismo. A psicanalista Souza (1998) apresenta uma importante definição:

* Psicanalista, pós-doutorando da Universidade de São Paulo (USP), doutor pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e membro do coletivo Margens Clínicas.

1. Entrevista de Neusa Santos Souza ao Programa Espelho. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=eugWGvhG48o>>.

O racismo é essa peste, olhar odioso que afeta o Outro, visada de ódio e intolerância àquilo que funda sua diferença. Ódio e intolerância ao Outro, o racismo é essa maneira funesta de pensar e agir, fruto de uma vontade totalitária em seu duplo afã de extirpar do Outro seu modo de gozo e, ao mesmo tempo, de lhe impor o nosso (SOUZA, 1998, p. 163).

A psicanalista fundamenta o conceito de racismo como a negação da diferença. Ela aponta para a dimensão totalitária do racismo, que simultaneamente busca eliminar o modo de ser do Outro e impor o próprio modo de gozo.

O racismo se estrutura como uma tentativa de aniquilar as singularidades das pessoas negras e indígenas, em vista de uma ontologização a partir da raça:

Há uma zona de não-ser, uma região extraordinariamente estéril e árida, uma rampa essencialmente despojada, onde um autêntico ressurgimento pode acontecer. A maioria dos negros não desfruta do benefício de realizar esta descida aos verdadeiros Infernos (FANON, 2008, p. 25).

Colonialismo para Fanon (2008) é uma forma de exploração objetiva, mas tal materialidade concreta não seria possível sem a atuação no processo de subjetivação que ocorre pela interdição do acesso à zona do não-ser, uma zona de conflito e de indefinição. Em outras palavras, a exploração se dá em função da interdição do encontro com a singularidade.

O racismo (ferramenta colonial) representa a impossibilidade de adentrar a zona do não-ser, pois cria uma interdição da humanidade (FAUSTINO, 2022a), que impede as pessoas negras de viverem suas contradições por conta do processo de desumanização.

O negro não é humano (FANON, 2008) é um ser específico, uma invenção colonial. Nessa perspectiva, a descolonização se torna um processo de encruzilhada, de desalienação da dimensão subjetiva, de existência na zona do não-ser e da necessária superação da desigualdade material. Assim, “a clínica, para Fanon, é apenas um dos momentos da práxis desalienadora. Ele aposta em uma desalienação, mas ela não se esgota na clínica. A clínica é fundamental, mas ela é só um momento” (FAUSTINO, 2022b). A zona do

não-ser é o lugar de produção de sentido, em que a produção da diferença pode ter passagem. Em suma, é o local de encruzilhada e de enfrentamento das contradições que nos compõem (FAUSTINO, 2018).

A maioria dos negros e indígenas não desfrutam dessa descida aos infernos, visto que há uma interdição do reconhecimento da sua humanidade (FAUSTINO, 2021). Dessa forma, o solo onde se poderia "plantar" novos modos de existir é infertilizado com o agrotóxico da desumanização racismo.

Nele, há a construção de uma diferença representacional: "A pessoa é vista como 'diferente' devido a sua origem racial e/ou pertença religiosa (...). Só se torna 'diferente' porque se 'difere' de um grupo que tem o poder de se definir como norma – a norma branca (...)" (KILOMBA, 2019, p. 75).

A postura que leva a diferença a ser ontologizada como negativa (MOURA, 1990) advém de processos históricos sucessivos de discriminação racial, que a tornam inseparável de uma hierarquia, uma vez que ela se torna uma marca essencializada de inferioridade.

Dessa forma, dentro do colonialismo, o racismo surge como uma forma de limitar o direito universal, de modo que "o uso do universal continuamente produz a forclusão de uma exclusão" (AYOUCH, 2019, p. 150).

O racismo não é uma simples tecedura de preconceitos aberrantes, nem uma confabulação ideológica descartável, tampouco uma realidade oportunista surgida há pouco, e muito menos uma "doença". Se trata de uma estrutura de origem histórica que desempenha funções benéficas para um grupo, que por meio dele constrói e mantém o poder hegemônico com relação ao restante da sociedade. Esse grupo instrumentaliza o racismo através das instituições e organiza, por meio do imaginário social, uma teia de práticas de exclusão. Desse modo, preserva e amplia os privilégios sociais, o poder político e a supremacia total adquiridos historicamente e transferidos de geração a geração (MOORE, 2015).

O trecho acima sintetiza uma série de informações; primeiramente, é essencial diferenciar o conceito de racismo da ideia de preconceito, como diz Silvio Almeida, "o racismo é sempre estrutural, ou seja, de que ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade" (ALMEIDA, 2018, p. 15).

Compreender a abordagem estrutural do racismo, é localizá-lo não como exceção, mas parte do funcionamento normal da sociedade (ALMEIDA, 2018), deslocando-o tanto apenas da esfera individual ou institucional para enfatizar sua dimensão sistêmica e histórica.

Trata-se de compreender o racismo não como um fenômeno isolado de ódio ou ignorância, mas como uma engrenagem cuidadosamente arquitetada que serve para garantir e perpetuar privilégios e poder para pessoas brancas.

Ao apontar a origem histórica do racismo, evidencia-se o seu papel funcional na consolidação e manutenção da branquitude, revelando que a exclusão não é apenas um efeito colateral, mas um objetivo deliberado, cultivado estruturalmente e reproduzido cotidianamente nas práticas sociais.

Assim, visa-se ampliar a discussão para além das manifestações explícitas do racismo, convidando-se a uma análise das dinâmicas sociais pelas quais o racismo é naturalizado e sustentado por instituições e narrativas. Torna-se, assim, fundamental reconhecer o papel da branquitude na perpetuação dessas práticas, bem como a necessidade de ações coletivas para dismantelar essa estrutura.

Desse modo, é importante esclarecer que:

A branquitude (ou a branca) não é o contrário de negritude. É oportuno lembrar que esses conceitos surgem e se enraízam nos discursos em diferentes momentos históricos, envolvendo fenômenos e propósitos diversos. Enquanto a negritude é um conceito tecido por um discurso êmico, para realçar sentidos de pertença e orgulho negro que o colonialismo destruiu, enquanto se elevou como voz regenerativa e em busca de afirmação identitária; a branquitude é um conceito elaborado a partir de um discurso ético, criado para desvelar certos processos e relações estruturais de dominação, para desmascarar a face oculta do colonialismo, como um operador sub-reptício de naturalização do branco e para transformá-lo em ideal e em universal (CONCEIÇÃO, 2020, p. 13).

O conceito de branquitude está ligado a processos de constituição identitária e das estruturas de poder. Portanto, é preciso desconstruir um falso binarismo, uma vez que o conceito de negritude nasce como movimento de afirmação, de

orgulho historicamente desmantelado pelo colonialismo, em busca de reconstrução simbólica e pertencimento; em contrapartida, a branquitude é conceituada como um discurso ético e analítico, voltado a apontar e desmascarar as estruturas de privilégio, dominação e universalização do padrão branco.

Enquanto a negritude luta para existir em meio ao genocídio, a branquitude busca revelar o modo como a brancura foi naturalizada como norma e ideal, tornando-se invisível em sua posição dominante. Essa análise desnuda o colonialismo não apenas como opressão explícita, mas também como sistema que produz a brancura como referência "natural", universalizando seus valores e costumes.

[...] (a branquitude é) uma posição em que sujeitos que ocupam esta posição foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que se mantêm e são preservados na contemporaneidade.

... uma rede na qual os sujeitos brancos estão consciente ou inconscientemente exercendo-o em seu cotidiano por meio de pequenas técnicas, procedimentos, fenômenos e mecanismos que constituem efeitos específicos e locais de desigualdades raciais (SCHUCMAN, 2015, p. 56).

Assim, é preciso deslocar o debate racial para além das experiências individuais, iluminando os processos históricos e sociais que moldaram a hierarquia racial.

Reconhecer a branquitude como operador estrutural é fundamental para romper com a neutralidade ilusória atribuída à identidade branca, tornando-a objeto de análise crítica, onde a diferença não seja um motivo de exclusão.

A partir dessas reflexões sobre o racismo podemos avançar na questão da possível contribuição da clínica psicanalítica nos efeitos do racismo no âmbito singular.

A psicanálise, ao se debruçar sobre os efeitos da violência do racismo, tem possibilidade de auxiliar na elaboração do sofrimento imposto pelo racismo, permitindo que a diferença dos sujeitos seja escutada.

Porém, é necessário realizar uma definição do conceito de diferença:

É nesse estado de alma que o estranho como “doloroso fastio do mundo” se presentifica no mundo. Pudesse este acolher o efêmero, admitir a transitoriedade de todas as coisas, abraçar o nômade em sua transição fugaz, pudesse dizer sim ao estrangeiro, esse passageiro da diferença” (SOUZA, 1998, p. 163).

O trecho acima se refere ao artigo da psicanalista Souza, “*O estrangeiro: nossa condição*” (1998), tal texto será central neste ensaio pois coloca no mesmo plano o estrangeiro, a diferença e a singularidade, a partir da teoria psicanalítica. Na citação, ela comenta sobre a experiência de aceitação do real da nossa finitude, como uma das possibilidades de afirmação do estrangeiro em nós, pois, segundo a psicanalista, a diferença é algo constitutivo do sujeito.

Tal afirmação, aproxima a psicanalista da filosofia da diferença de Deleuze e Guattari. Gilles Deleuze em “*Diferença e repetição*” (2018) nos leva a uma reflexão sobre a produção da diferença. Deleuze (2018) argumenta que a diferença não deve ser reduzida a meras representações, mas sim compreendida como um processo ontológico e intensivo.

A diferença é anterior à sua constituição e intrínseca à sua própria existência. Em vez de julgar ou negar essa diferença, o sujeito deve afirmá-la, produzi-la e vivê-la em sua plenitude.

Para o filósofo, a questão da diferença se coloca a ordem da produção, Deleuze (2018) reposiciona o campo da diferença fora do campo representacional e a localiza na dimensão produtiva. Assim, não se trata de diferença do sujeito, mas a diferença no sujeito, onde procura-se de que maneira ele pode ou não lidar com ela.

Tanto Deleuze (2018), quanto a psicanalista Souza (1998), trabalham com a ideia de uma diferença em si mesma, ontológica; entretanto ela precisa ser assumida, afirmada e, uma vez colocada em expressão, necessita ser determinada, ser posta em exercício, ser vivenciada.

Tal constatação nos ajuda a formular um primeiro posicionamento, diante da pergunta sobre a relação entre clínica psicanalítica, singularidade e o racismo. Como diz a psicanalista Souza na entrevista “*Espelhos*”, o sujeito não irá a análise para dar conta de uma questão social, mas por uma ques-

tão singular que o está afligindo. O conteúdo da questão pode ser social, porém a forma como se expressa se dá no campo singular.

Portanto, é preciso “escutar com o olhar” (SANTOS, 2022) sobre a maneira como violência racial o afetou, ou seja, “o que o racismo fez de você?”, afinal isso possibilitará saber o modo singular com que a relação dele com a própria diferença foi afetada por tal acontecimento.

Assim, é possível “escutar com o olhar” (SANTOS, 2022) as formas mais plurais que o racismo aparece como demanda ou sintoma nxs analisandxs e analisar a gramática de respostas possíveis do sujeito frente a isso, isto é, o que foi possível fazer diante do racismo.

No texto, a psicanalista afirma:

Contra o racismo de todas as cores, de todos os sexos, de todas as crenças, de todas as línguas, de todas as culturas, de todos os países, contra esse horror, que nos valha o estrangeiro – o estrangeiro de toda parte, o estrangeiro do exterior e do interior de nós mesmos (SOUZA, 1998, p. 163).

Portanto, a “escuta com olhar” (SANTOS, 2022) do estrangeiro, da diferença nos auxilia no trabalho clínico de análise dos efeitos do racismo. Contudo, para isso a formação psicanalítica precisa estar preparada para lidar com as questões raciais, uma vez que a psicanálise, enquanto prática e teoria, não está imune às influências da branquitude.

As bases de seu edifício teórico precisam ser chacoalhadas para que possam responder às demandas de uma sociedade plural e estruturalmente desigual.

A branquitude é um sintoma da colonialidade, da “neurose cultural brasileira” (GONZALES, 1983) e o que é recalcado é o estrangeiro, “passageiro da diferença” (SOUZA, 1998) em vista da homogeneização do “identitarismo branco”².

Dessa maneira, precisamos escutar a dinâmica da formação social no que toca o campo das relações raciais e as saídas possíveis, tanto no grito dos subalternizadxs quanto no silenciamento dos brancos. Afinal, a branquitude é:

2. FAUSTINO, D. - Obra de Fanon questiona identitarismo branco. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8LSgZXRfB9I>>.

(...) um centro ausente, uma identidade que se coloca no centro de tudo, mas tal centralidade não é reconhecida como relevante, porque é apresentada como sinônimo de humano. Em geral, pessoas brancas não se veem como brancas, mas sim como pessoas. A branquitude é sentida como a condição humana. No entanto, é justamente esta equação que assegura que a branquitude continue sendo uma identidade que marca outras, permanecendo não marcada. E acreditem em mim, não existe uma posição mais privilegiada do que ser apenas a norma e a normalidade (KILOMBA, 2016).

Poderíamos agregar a essa ideia que “ser apenas a norma e a normalidade”, tomada como suposto privilégio, é precisamente o sintoma da branquitude.

De maneira geral, o racismo nem é percebido por pessoas brancas. Na história oficial, essas pessoas parecem ter estado ausentes em todo passado colonial e, comumente, quando se fala de relações raciais, o foco é colocado sobre as pessoas negras e indígenas. A indiferença em relação ao racismo e à ausência de implicação das pessoas brancas na dimensão racial são efeitos do pacto narcísico da branquitude.

Tal pacto, traduzido em silêncio, evidencia-se, por exemplo, na exígua bibliografia sobre a temática clínica e as relações raciais ao longo da história da psicanálise brasileira. O que levanta as questões sobre: como são (ou não) escutados os efeitos do racismo no âmbito do consultório? Como xs analistas escutam (ou não) a sua própria experiência racial?

A branquitude³ e a desafetação diante da violência colonial (FANON, 1979) dão manutenção ao privilégio da branquitude:

Racializar o branco se mostrou fundamental para enfrentar o racismo, pois coloca no corpo o campo de inteligibilidade sem o qual o branco não se afeta. A branquitude não se afeta pelas ideias e argumentos abstratos que atacam os privilégios inconscientes. O racismo é antes a organização de afetos reativos, um afeto a um só tempo de medo do outro que se resolve num afeto de superioridade do outro. Esses afetos criam ideias inadequadas que constituem uma razão branca. Não se trata de diálogo de convencimento, mas de política de afetação!

3. Conceito cunhado pela professora Tatiana Nascimento.

Um afeto, como afirma Spinoza (2009), jamais é desfeito pela razão. Somente outro afeto mais potente pode desarticular um afeto. Através da nomeação do branco a corporificação da branquitude se efetua nos gestos da branquitude, a epiderme social branca, enquanto tecido conjuntivo do narcisismo e dos privilégios da branquitude, se tornam visíveis, dizíveis e o mais aterrorizante: palpáveis! É de causar alergia, como dizem alguns. É necessário romper com o tecido sócio-epitelial da branquitude, seu mega-corpo narcísico e negacionista que inclui todas as subjetividades que se nutrem dos privilégios que dele advêm. De diferentes modos todos os brancos estão inseridos nessa política e respondem a ela, também, de diferentes modos: aderindo ou rejeitando o projeto da branquitude (SOUZA; DAMICO; DAVID, 2020, p. 6).

Para Spinoza (2019), a mente é uma ideia do corpo e os afetos são formas de avaliação, ou seja, são a interpretação do espírito dos efeitos do mundo sobre nosso corpo (ROLNIK, 2018). Afetos são ações movidas por energia tal qual o pensamento, no senso comum, calcado no colonial.

O racismo atua na política de afetação, na diagonal imanente entre o singular e o social, no plano de produção da subjetividade por meio da qual reconhecemos o outro e a nós mesmos na cartografia social em curso. Nesta perspectiva, a militância na clínica seria uma luta pela intensificação da existência (LAPOUJADE, 2017).

Conforme essa abordagem, a identificação racial pode ser um intensificador da existência e utilizada como uma ferramenta essencial na militância por uma vida, no singular.

Trata-se de trabalhar – indagar, combater no seio das singularidades mais viscerais do Desejo e do Socius: desde a raça, o sexo, a faixa etária, a profissão, a nacionalidade, a classe... sem esquecer jamais certos axiomas que definem as peculiaridades reais destes modos evidentes do ser.

Trata-se de não ignorar que estas multiplicidades são formas com limites, marcas, recursos, funções e produtos aparentes. Identidades empíricas que ainda esperam ser criticamente conhecidas. Em suma: são "efeitos" (BAREMBLITT *apud* SOUZA, 1983, p. 80).

A “escuta com olhar” (SANTOS, 2022) da diferença exige que o psicanalista enfrente a forma como o racismo o subjetivou e se disponha a se diferenciar a partir disso. Assim, a clínica pode se tornar um espaço de elaboração do trauma racial e de resistência frente às forças que perpetuam a exclusão.

De maneira geral, a formação psicanalítica ainda está calcada no identitarismo branco, acredito que a “escuta com olhar” (SANTOS, 2022) do estrangeiro (SOUZA, 1998), da diferença (DELEUZE, 2018) faça furo no discurso hegemônico da branquitude.

Se a escuta psicanalítica pressupõe acolher o que faz furo na narrativa hegemônica, escutar a diferença não é apenas reconhecer o Outro em sua singularidade, mas também o analista confrontar os limites da própria branquitude. Esse confronto implica desvelar os privilégios que sustentam o racismo estrutural e abrir espaço para que a voz do “estrangeiro” – seja ele externo ou interno – possa ressoar (SOUZA, 2018).

Por fim, racismo é uma ferida aberta que sangra e marca subjetividades e atravessa gerações. Frente a essa condição estrutural e histórica, a clínica psicanalítica se encontra diante de desafios éticos e epistemológicos: Como dar conta dos efeitos subjetivos do racismo que afetam profundamente os analisandos?

Este ensaio propôs uma reflexão sobre a necessidade da escuta do estrangeiro como uma via possível para se escutar de maneira singular as pessoas negras.

O racismo nasce de uma lógica em aprisionamentos ontologizantes, atingindo negros, brancos e indígenas de formas distintas. Na clínica, esses aprisionamentos podem se manifestar como sintomas, angústias ou demandas explícitas relacionadas à vivência do trauma racial.

A psicanálise pode oferecer um espaço de “escuta com olhar” (SANTOS, 2022) do estrangeiro, da diferença como nossa condição, desde que consiga reconhecer o discurso hegemônico da branquitude que impede que as pessoas negras sejam escutadas singularmente.

Junho 2025

Kwame Yonatan Poli dos Santos

kwame7y@gmail.com

São Paulo - SP - Brasil

Referências

ALMEIDA, S. L. de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

AYOUCH, T. *Psicanálise e hibridez: gênero, colonialidade e subjetivações*. Curitiba: Calligraphie, 2019.

CONCEIÇÃO, W. L. *Branquitude: dilema racial brasileiro*. Rio de Janeiro: Papeis Selvagens, 2020. Disponível em: <http://www.papeisselvagens.com/uploads/6/9/3/3/69339767/branquitude_dilema_racial_brasileiro.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2022.

DELEUZE, G. *Diferença e repetição*. Tradução de Luiz Orlandi. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FAUSTINO, D. *Frantz Fanon: capitalismo, racismo e a sociogênese do colonialismo*. SER Social, Brasília, v. 20, n. 42, p. 148-163, jan.-jun./2018a. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/download/14288/12963/25186>. Acesso em: 22 mai. 2022.

_____. Reflexões indigestas sobre a cor da morte: as dimensões de classe e raça da violência contemporânea. In: FEFFERMANN, M. et al. (Orgs.). *As interfaces do genocídio: raça, gênero e classe*. São Paulo: Instituto de Saúde, 2018b.

_____. *Frantz Fanon e as encruzilhadas: teoria, política e subjetividade*. São Paulo: Ubu Editora, 2022a.

_____. *Frantz Fanon e o mal-estar colonial: algumas reflexões sobre a clínica da encruzilhada*. São Paulo, Revista n-1, 2022b. Disponível em: <<https://www.n-1-edicoes.org/frantz-fanon-e-o-mal-estar-colonial-algumas-reflexoes-sobre-uma-clinica-da-encruzilhada>>. Acesso em: 22 mai. 2022.

GONZALES, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A. et al. (Orgs.). *Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos*. *Ciências Sociais Hoje*, Brasília, ANPOCS, n. 2, p. 223-244, 1983.

KILOMBA, G. *Descolonizando o conhecimento: uma Palestra-Performance*. Tradução de J. Oliveira. 2016. Disponível em: <www.geledes.org.br/descolonizando-o-conhecimento-uma-palestra/?gclid=EA1aIQobChM1j6jUtNbm6glViYeRCh3wJAyvEAAAYASAAEgJEH PD_BwE>. Acesso em: 12 mar. 2021.

_____. *Grada Kilomba: desobediências poéticas*. São Paulo: Pinacoteca de São Paulo, 2019a.

_____. 1968 – *Memórias da plantação*: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LAPOUJADE, D. *As existências mínimas*. Tradução de Hortência Santos Lencastre. São Paulo: n-1 edições, 2017.

MOORE, C. Pichón, minha vida e a revolução cubana. In. BRUM, E. Um negro em eterno exílio. *El país*, ago., 2015. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/31/opinion/1441035388_761260.html>. Acesso em: 12 mar. 2021.

MOURA, C. *Rebeliões da senzala*. São Paulo: Editora Lech, 1990.

ROLNIK, S. *Esferas da insurreição*: notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: n-1 edições, 2018.

SANTOS, K.Y.P. *Por um fio*: uma escuta das diásporas pulsionais. 2022. Tese [Doutorado em Psicologia (Psicologia Clínica)] – Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.

SCHUCMAN, L. V. *Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”*: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. São Paulo: Annablume, 2015.

SOUZA, N. S. Contra o racismo: com muito orgulho e amor. *Correio da Baixada*, 13 mai. 2008.

_____. O estrangeiro: nossa condição. In: KOLTAI, C. (Org.). *O estrangeiro*. São Paulo: Escuta, 1998.

_____. *Tornar-se negro*: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

SOUZA, T. de P.; DAMICO, J. G.; DAVID, E. de C. Paradoxos das políticas identitárias: (des)racialização como estratégia quilombista do comum. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, v. 42, n. 3, p. 56465, 15 dez. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/56465>>. Acesso em: 22 mai. 2022.